

Ensaio: A literatura dos povos indígenas do Brasil e a sua luta contra a violência etnocêntrica

Hélio Parente de Vasconcelos Neto⁴¹
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

Este trabalho se trata de um ensaio acadêmico sobre o lugar ao qual a literatura indígena é relegada no Brasil e a sua luta por reconhecimento no meio editorial. O texto procura fazer um aporte entre os estudos sobre literatura indígena de Davi Kopenawa, Daniel Munduruku, Janice Thiél e Regina Dalcastgnè, sobretudo, e os conceitos de literatura mundial e cânone literário, expostos aqui pelos postulados de David Damrosch. Junto a isso, procuramos expor também a perspectiva dos estudos decoloniais, representada aqui pelos estudos de Aníbal Quijano e Maldonado-Torres, como uma forma de explorar a relação entre a percepção do cânone literário e a colonialidade.

Palavras-chave

Literatura. Literatura Indígena. Decolonialismo. Cânone Literário.

⁴¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PPG-POET) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista CAPES-PROEX.

A literatura dos povos indígenas no Brasil e a sua luta contra a violência etnocêntrica

“A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade [...]”.
(Ailton Krenak, 2019, p. 3)

A parte da literatura moderna, classificada como a “alta literatura”, é um campo segregador do conhecimento humano que, por muitas vezes, reserva o título de subalterno ou de segunda classe a qualquer tipo de produção que não seja produzida pelos escritores da “elite” literária. A essa classe, são jogados os escritos de autores que pertencem a outros campos sociais, diferentes do campo ocupado pela chamada “elite”, ou seja, escritos vindos de vozes diferentes das que costumam estar em poder vigente no mundo literário.

Em seu artigo *Um Território Contestado: Literatura Brasileira Contemporânea e as Novas Vozes Sociais*, Regina Dalcastagnè leva-nos a um debate sobre a homogeneização do campo literário, como este se contrapõe às outras vozes sociais presentes na literatura e a forma como essas obras são rebaixadas categoricamente sob o ponto de vista da “elite”. O estudo de Dalcastagnè demonstra-nos o abafamento dessas vozes no meio editorial e a dificuldade que encontram de serem propriamente ouvidas, transmitidas ou classificadas.

Cabe, então, a nós leitores, termos um pensamento crítico sobre qual tipo de literatura consumimos. Devemos nos perguntar: reconhecemos palavras vindas de pessoas com vivências sociais diferentes da nossa? Ou estamos cada vez mais nos afundando nas velhas palavras da “nobreza” e, assim, rebaixando toda e qualquer voz, conhecimento ou vivência que não nos agrada, que nos faça pensar em diferenças sociais ou que venham de autores não brancos, não vindos do Sudeste e não pertencentes à classe média alta?

Estas vozes ainda ocupam um lugar marginal na literatura; ainda paira sobre elas a necessidade de legitimar sua produção literária, como afirma Dalcastagnè (2012) no seguinte trecho:

São essas vozes, que se encontram nas margens do campo literário, essas vozes cuja legitimidade para produzir literatura é permanentemente posta em questão, que tencionam, com a sua presença, nosso entendimento do que é (ou deve ser) o literário. É preciso aproveitar esse momento para refletir sobre nossos critérios de valoração, entender onde eles se originaram, o porquê de ainda se manterem de pé, a que e a quem servem. Afinal, o significado do texto literário – bem como da própria crítica que a ele fazemos se estabelece num fluxo em que tradições são seguidas, quebradas ou reconquistadas e as formas de interpretação e apropriação do que se fala permanecem em aberto. Ignorar essa abertura é reforçar o papel da

literatura como mecanismo de distinção e da hierarquização social, deixando de lado suas potencialidades como discurso desestabilizador e contraditório (Dalcastagnè, 2012, p. 17).

Como citado no trecho acima, é necessário refletir sobre o que é o literário e sob qual lente estamos medindo o seu valor. Se partimos somente do que já é hegemônico no meio editorial, como os autores pertencentes a essa “elite”, a esse suposto cânone literário, cuja legitimidade textual não é comumente posta em questão e, desta perspectiva limitada, estaremos, então, reduzindo o caráter desestabilizador do texto. Assim, diminuimos a sua característica de possível quebra para com a hegemonia.

Deste modo, é importante acordarmo-nos da dificuldade que estes escritores jogados à margem da literatura têm de terem suas palavras reconhecidas pelo público geral, mas que, mesmo diante de tantos preconceitos, continuam escrevendo e propagando sua visibilidade em um meio que, muitas vezes, não reconhece sua forma de expressar. Pois, para este meio, muitas vezes, somente o que lhe é similar é relevante ou há somente uma forma de se transmitir a sabedoria corretamente e de absorvê-la, segundo esta “elite”. Esta forma de pensar é prejudicial para autores vindos de culturas ou de segmentos sociais distintos, pois além do esforço de transmitir seu conhecimento através de um meio que não lhe é familiar (em alguns casos), ou que não fazia ou faz parte de sua cultura, estes ainda estão sujeitos a serem taxados de uma literatura de má qualidade.

Como argumenta Daniel Munduruku em seu texto *A Literatura Indígena Não é Subalterna*, a escrita nem sempre esteve presente na cultura indígena brasileira, foi somente com o advento do homem branco que a mesma chegou a estes povos (Munduruku, 2018). Assim, como uma tecnologia recém adquirida e ainda em processo de incorporação na sua maneira de expressar sua cultura, é natural que ocorram dificuldades de transmitir exatamente o que expressam em suas línguas maternas. Porém, mesmo que demonstrem uma exímia forma de escrita e de propagação de mensagens, seus trabalhos são constantemente rebaixados.

Como afirma Janice Cristine Thiél (2012): “os escritores indígenas desenvolvem práticas textuais extraocidentais e expressam-se a partir da tradição oral e pictórica. Por meio de suas obras manifestam visões do mundo e da identidade indígena” (Thiél, 2012, p. 36). Portanto, a transmissão textual de certas culturas indígenas não necessariamente está atrelada ao texto escrito, ou mesmo ao português brasileiro, oferecendo uma percepção única da realidade através de suas culturas.

Ocorre que estes escritores se utilizam da tecnologia da escrita como ferramenta hegemônica, como a forma de maior aceitação que suas histórias podem possuir para a realidade atual do público leitor brasileiro. Sua escrita está permeada pela sua cultura e pela forma que seus povos se apropriam desta tecnologia, imposta a eles. Isto não é, de fato, algo que acarreta uma má qualidade de escrita ou um texto errôneo, isto acarreta uma pluralidade na comunicação, uma chance de o leitor não aborígene conhecer a perspectiva destes povos e, a partir de um pensamento crítico, ter um vislumbre de como buscam fazer uma ligação entre sua cultura e esta tecnologia, em prol da propagação de seus escritos.

Aqui trago um argumento de David Kopenawa (2015) em seu livro *A Queda do Céu*: “Omama não nos deu nenhum livro mostrando os desenhos das palavras. Fixou suas palavras dentro de nós. Mas, para que os brancos a possam escutar, é preciso que sejam desenhadas como as suas. Se não for assim, seu pensamento permanece oco” (Kopenawa, 2015, p. 77). Desta forma, podemos perceber que há um movimento de resistência, uma luta pela propagação de sua cultura em um meio cujas normas culturais e tecnológicas são distantes das suas, pois, somente assim, os que não pertencem à sua comunidade são capazes de enxergar o valor de suas palavras.

Se não entendemos aquilo que é diferente de nós mesmos, ou se não nos propusemos a entender, como então poderemos ser capazes de absorver as mensagens que nos chegam de escritores de vivências sociais distintas? Como Kopenawa exemplifica na frase acima, a menos que o conhecimento passado esteja em um formato com o qual estamos acostumados e que facilmente somos capazes de entender, automaticamente o classificamos como inválido e subdesenvolvido. Ainda estamos presos a conceitos eurocêntricos de literatura e formas de transmissão de mensagens, oriundos do colonialismo, que mesmo ante tanta resistência, permanece presente no nosso meio literário e na recepção do mesmo.

A preferência do público leitor, acadêmico e editorial a obras pertencentes a outros “grandes escritores”, obras pertencentes a um suposto cânone ou elite literária, entra em contato com as proposições de Damrosch sobre Literatura Mundial. Em seu texto, somos levados a um número de questionamentos em relação à definição de Literatura Mundial: seria literatura mundial um conjunto de escritores canônicos? De qual mundo falamos? De qual literatura? Quais novas relações entre a Europa Ocidental e o resto do mundo, entre antiguidade e modernidade, entre culturas de massa e a elite estamos falando? (Damrosch, 2003, p. 1, tradução nossa). Ao definir uma espécie de cânone, uma espécie de literatura mundial, estamos fazendo um juízo de valor dentro de inúmeros contextos sociais sobre o que é valioso para nós, delimitando aquilo que é essencial para a leitura, aquilo que todos

deveriam ler. Porém, nas literaturas mundiais (e nas literaturas nacionais), sempre deixamos fora do grupo de elite escritores cujas vozes são destoantes do modelo eurocêntrico, constantemente abafadas pelo meio editorial, como, no cenário brasileiro, a literatura indígena. Devido a isso, as perguntas propostas por Damrosch se tornam essenciais para o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o que é, de fato, esta “elite” ou “cânone” literário, e como se costuma delimitar obras pertencentes à literatura mundial.

Ainda sobre esse tema, Damrosch (2003) explicita o seguinte:

No sentido mais expansivo, literatura mundial poderia incluir qualquer trabalho que se propagou para além da sua casa, mas o foco cauteloso de Guillén em leitores reais faz bastante sentido: um trabalho só tem uma vida como literatura mundial efetiva quando, e onde, este é ativamente presente dentro de um sistema literário para além de sua cultura original. (Damrosch, 2003, p. 4, tradução nossa).

Uma literatura que sobrevive e resiste em uma cultura fora da sua, ainda que no mesmo local geográfico, através de uma luta constante pelo reconhecimento da voz de seus povos poderia ser incluída no rol dos grandes escritores nacionais, nos grandes escritores do mundo. Mas pouco se procura saber sobre estes povos, sobre estas realidades vividas, poucos são os espaços que lhes são dados no meio literário e, os que reivindicaram este espaço, fizeram-no após muita resistência. É exatamente este o contexto vivido pela literatura indígena no Brasil, pois, ainda que seus representantes estejam inseridos no mesmo espaço geográfico, aquela se encontra inserida, como citado no trecho acima, em um sistema literário que está além de sua cultura original.

Esta repartição da literatura e a resistência do mercado editorial em fortalecer a visibilidade de autores indígenas pode ser entendido como um resquício do colonialismo, que, para Maldonado-Torres (2007), é definido como algo que se relaciona com a dominação político-econômica de um povo, em que a soberania deste reside no poder de outra nação. É através do colonialismo que se origina o conceito de colonialidade, ainda presente em nosso dia a dia, ainda que não sejamos mais, objetivamente, uma colônia: a forma com que nos relacionamos com o mundo, as relações intersubjetivas que ocorrem no contexto social no qual estamos imersos, são oriundas do período de dominação colonial sofrido no Brasil.

Para tornar claro este conceito, destacamos a seguinte definição:

A colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, melhor se refere a forma como o trabalho, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado mundial e da ideia de raça. (Maldonado-Torres, 2017, p. 131, tradução nossa).

Portanto, a colonialidade é capaz de influenciar inúmeros aspectos de nossa vida social, desde as relações de poder, até o que chamamos de “elite”, de “subalterno”, de bom ou ruim. É, de certa forma, um conceito pluripotente, que atravessa todas as camadas da sociedade, subjugando-nos à sombra de um poder autoritário. Entender o conceito de colonialidade e como este pode afetar a forma com a qual interagimos com o mundo é essencial para a discussão aqui proposta. A forma com a qual exaltamos uma suposta elite literária e taxamos de subalterna as literaturas oriundas de outras vivências, sem levarmos em conta o contexto sócio-histórico e cultural no qual estas produções estão inseridas, sem abordar estes contextos através de um pensamento crítico, é um exemplo de resquício de colonialidade presente na forma como consumimos literatura.

Ainda sobre o tópico de estudos decoloniais, há outra importante conexão com a formação do cânone literário. Em sua obra, Quijano afirma que é com a dominação europeia que surgem novas identidades sociais dentre os povos colonizados, como forma de justificar a dominância da metrópole e dividir seus cidadãos. Desta forma, surgem novas identidades impostas a nós, como a dos índios, mestiços, negros, dentre outras. Esta classificação se deu como instrumento de dominação, como forma de legitimar a exploração de outros povos, algo que dará origem ao que se conhece na modernidade como a prática de um povo julgando-se superior ao outro devido a uma suposta superioridade linguística e cultural, ou seja, o que conhecemos hoje como racismo.

Como afirma o autor:

[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, [a] raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. (Quijano, 2019, p.107-108)

Portanto, não é raro que o cânone da literatura mundial, o que se seleciona para representá-la, frequentemente exclua obras de autores oriundos de vivências diferentes do que se julga ser a vivência padrão, ou superior, como as vivências de outros que vêm de todas as diferentes partes da Ásia, autores negros e indígenas, e até mesmo autores que têm vivências distintas, não necessariamente (mas podendo haver uma interrelação) oriundas da ideia de cultura, mas de diferentes relações sociais, como autoras mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+. O processo de reidentificação histórica produzida pelo colonialismo, a subjugação dos povos e de suas culturas ao padrão europeu resultam a restrição de vozes e o apagamento da reivindicação de espaços culturais por parte dos povos que foram dominados. Como afirma Quijano (2019): “Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e

produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia” (Quijano, 2019, p. 110), acarretando a concentração do poder na Europa e em seus modelos de ver o mundo.

Portanto, é o contexto de reivindicação identitária, de reivindicação de espaços culturais e de propagação de cultura que a literatura indígena ocupa, no Brasil. O movimento é de luta para pertencer; ainda que tenhamos exemplos de escritores indígenas e de teóricos indígenas de renome, a quantidade destes ainda é pouca em relação aos outros escritores, não por falta de produção ou qualidade desta, mas por falta de acolhimento pelo público leitor e do mercado editorial, cujas ações sobre isso ainda são diminutas.

Há, de fato, um crescimento de obras indígenas no mercado, em bibliotecas e locais de ensino. Esta presença é marca dos passos da reivindicação mencionada acima. Sobre isso, discorre Jekupé (2009):

É interessante que em algumas regiões do Brasil, em escolas ou bibliotecas, tem livros de literatura indígena. O mais importante é que foram escritos por indígenas e de várias nações; era raro ver isso acontecer há uns 15 [anos,] por isso acredito que o povo aos poucos conhecerá nossos escritores indígenas que já têm seus livros publicados e aos poucos surgirão outros. E quando você encontrar um livro de um índio, não se assuste, porque muitos acham engraçado ver um escritor [índio,] mas por que não ter índios escritores se também temos capacidade para isso? (Jekupé, 2009, p. 19).

De acordo com o trecho acima, é possível notar um crescimento na produção e disseminação da produção literária indígena brasileira. Porém, Jekupé ainda se preocupa em alertar o possível leitor, avisá-lo para não se assustar, pois, afinal, por que um escritor indígena deveria despertar mais espanto que qualquer outro?

Ainda que existam tais obras, sua circulação e publicação são reduzidas se comparadas a outras publicações, como as dos indígenas norte-americanos (Thiél, 2012, p. 46) e, menores ainda, se comparadas às pertencentes a um cânone literário, nacional ou mundial, se pertencer à “elite”. Ademais, nota-se uma escassez de estudos sobre literatura indígena em locais de ensino, como afirma Janice: “Mesmo havendo a publicação de contos, poemas, crônicas, textos de diversos gêneros, poucos são os leitores que os leem como obras literárias” (Thiél, 2012, p. 46). Estas palavras ecoam as de Jekupé mencionadas acima. Por que uma literatura escrita por indígenas não seria lida como uma obra literária? Por que não seria estudada dentro do cânone da literatura brasileira? Ser abordada em centros de ensino, assim como estar presente em seus planos de ensino e exames?

Temos aqui outros exemplos de violência etnocêntrica vinculada à produção literária indígena: a sua frequente catalogação como literatura infantojuvenil, como uma

forma de reduzir sua pluralidade textual e há ainda a escassa presença desta literatura como objeto de estudo em pós-graduações.

Sobre o primeiro problema, temos que observar que a literatura indígena não pode ser apreendida somente dentro do gênero infantojuvenil, somente como algo “exótico”, como objeto de curiosidade. É preciso entender que, como afirma Thiél (2012), “(...) textos indígenas brasileiros são elaborados a partir de multimodalidades discursivas” (Thiél, 2012, p. 46). A presença de material imagético, se for o caso, não deve ser somente lido como ornamento e, nem por isso, deve estas obras serem taxadas de infanto-juvenis, isto é, como afirma a pesquisadora: “[...] sinal dos [pré-julgamentos] e estereótipos literários e editoriais” (Thiél, 2012, p. 47).

Já a ausência desta literatura em centros de ensino pode advir de diversos fatores, como da dificuldade de profissionais de catalogar obras indígenas, dificultando o seu acesso ao público desejado e resultando na catalogação errônea de textos escritos para o público adulto em textos infantojuvenis (Thiél, 2012 p. 47). Esta ausência também pode ser oriunda da resistência de orientadores de programas de mestrado e doutorado em aceitarem esta literatura como objeto de pesquisa (Munduruku, 2018, p. 3), do desconhecimento dos professores de autores indígenas (Thiél, 2012, p. 47) e até mesmo de decisões políticas.

Sobre estas questões políticas que afetam a percepção de diferentes vozes presentes na nossa sociedade, é válido mencionar a adoção do projeto das “Escolas sem Partido”, proposta pelo então presidente, Michel Temer. Nesta proposta, as escolas devem ser livres de argumentos políticos, sendo as ações de professores monitoradas sob o argumento de garantir aos alunos um ensino neutro de posicionamentos políticos. Isto acarreta a oposição aos docentes que tratam sobre questões de gênero, identidade, etnias, dominação, dentre outros assuntos, sob o argumento de tratar-se de uma política esquerdista. No entanto, isso contribui somente para o apagamento da pluralidade social presente em nosso País, prejudica a formação educacional do povo, sem que haja visibilidade para todas as vozes do País. Devemos lembrar que a presença de diferentes culturas e vivências sociais dentro de nosso País não está, necessariamente, atrelada a partidos políticos e é, somente, uma constatação factual da realidade. Então, se o local de formação escolar básica é censurado desta forma, como podemos garantir que estes conhecimentos tão necessários sejam adquiridos pela população geral? Isto não contribui para o fortalecimento das hegemonias presentes?

Somado a isso, temos ainda a *Proposta de Emenda à Constituição nº13* (PEC-13) de 2021, elaborada por senadores durante o governo de Jair Bolsonaro, cuja explicação é a

seguinte: “Desobriga a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios da aplicação de percentuais mínimos da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino (...)” (Brasil, 2021), baseada no argumento de desequilíbrio fiscal durante a pandemia do COVID-19. A ementa contribui para a isenção de responsabilidade dos órgãos políticos quanto ao investimento na educação, que torna ainda mais difíceis a presença e o reconhecimento das diferentes vozes brasileiras nos locais do saber.

Os dispositivos institucionais são fundamentais para que se reduza a invisibilidade da diversidade social brasileira. Como discorrem Machado e Soares (2021):

Enquanto as estruturas, os dispositivos e os mecanismos de poder institucional que mantêm os padrões de desigualdade não forem desconstruídos, repensados e refeitos, considerando, de fato, aqueles que foram sistematicamente omitidos da história, - inclusive com a participação autoral, neste processo, dos sujeitos até aqui invisibilizados -, acreditamos que não alcançaremos equidade (Machado; Soares, 2021).

Exposto este panorama sociopolítico, dentro do qual a literatura indígena está inserida, o livro *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa, é uma obra que surge como um grito, uma materialização de uma ininterrupta tentativa de diálogo entre povos, uma obra que tem como objetivo desmistificar, ratificar e denunciar tudo o já foi dito, é dito e se faz com o povo ianomâmi.

No livro, somos apresentados à forma de pensar deste povo, e entendemos um pouco sobre seus mitos e sua cultura, assim como somos expostos às barbaridades cometidas pelo homem branco. Sua obra é extremamente complexa e rica em detalhes e, mesmo assim, é taxada como inferior se comparada a outros grandes autores da literatura brasileira ou da literatura mundial. Afinal, são poucas as oportunidades que nos são oferecidas para estudar ou entrar em contato com uma literatura indígena no espaço educacional, seja este médio seja superior, haja vista que é mais comum dar maior valor a obras que já são bem estabelecidas no ambiente literário. Assim, somos privados de um rico conhecimento oferecido em tais obras, de uma pluralidade cultural que ultrapassa as barreiras do texto.

Sobre obras indígenas, é importante lembrar que: “Não se trata de uma invenção qualquer. Trata-se de uma deliberação política.” (Almeida; Queiroz, 2004, p. 197), pois a sua luta por legitimidade cultural e constante luta por reconhecimento no meio editorial trata-se, em seu âmago, de uma luta de caráter político, de uma luta contra a violência etnocêntrica vivida por estes povos e pela busca de reconhecimento dentro do próprio espaço em que habitam.

O livro do xamã yanomami pode ser tomado como um exemplo do que alguns escritores indígenas buscam realizar ao escreverem suas obras, sob a perspectiva da luta contra o etnocentrismo. A obra é escrita com analogias e explicações que possam tornar sua mensagem palatável ao homem branco, além da obviedade da presença das mensagens do xamã no meio impresso, para que este possa entender as dificuldades de seu povo e sua luta por sobrevivência, cabe agora ao público geral validá-la e elevá-la em seus patamares literários. Sua leitura é imprescindível para entender, minimamente, a realidade dos povos indígenas no Brasil, para entender parte de suas lutas, suas culturas e histórias. Ler suas literaturas como tal é um passo em direção à ocupação do espaço literário por estes povos, como um movimento de aceitação e pluralidade brasileira.

Esta literatura existe e continuará a existir, mesmo com tanta resistência e cenários político-sociais desfavoráveis. Como argumenta Munduruku (2018):

Até muito pouco tempo atrás era comum pessoas dizerem que não existia literatura indígena porque os nativos não dominavam a escrita e seu instrumento preferencial era a oralidade. Alguns especialistas chegavam a dizer que um indivíduo indígena, ao escrever, deixava de ser indígena, porque isso é incompatível com sua tradição oral. Ainda hoje pesquisadores jovens que tentam estudar essa literatura em seu mestrado ou doutorado encontram forte resistência entre os orientadores, por estes não aceitarem a existência de tal literatura como objeto de pesquisa. Menos ainda quando a escrita da qual aqui se fala é a infanto-juvenil, segmento pouco considerado pela dita literatura canônica e que tem sido a porta de entrada de escritores indígenas na sociedade brasileira. De qualquer modo, há uma literatura escrita por indígenas; há uma identidade nessa produção literária; há uma demanda crescente por esse tipo de escrita. (Munduruku, 2018, p. 3).

Portanto, é imprescindível que passemos a tratar esta rica e complexa literatura da forma adequada, valorizá-la e trazê-la para as salas de aulas e expor seus conhecimentos ao público brasileiro. É necessário entendermos o contexto sociopolítico e cultural no qual estão inseridas, assim como é necessário estabelecermos um pensamento crítico sobre o tipo de literatura que consumimos e a forma como esse consumo se dá. Desta forma, poderemos fugir da hegemonia da “elite” literária, poderemos questionar os fatores que suscitam a formação do cânone literário, seremos capazes de formar uma prática literária menos colonial e, por fim, seremos capazes de acolher de forma digna a literatura indígena brasileira.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. **Na Captura da Voz: as Edições da Narrativa Oral no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BRASIL, Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição Brasileira N°13 de 2021**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148543>.

Acesso em: 21 dez. 2021.

DALCASTAGNÉ, Regina. Um Território Contestado: Literatura Brasileira Contemporânea e as Novas Vozes Sociais. **Iberic@l**, Paris, n. 2, p. 13-18, 2012. Disponível em: <https://iberical.sorbonne-universite.fr/numeros/numero-2-automne-2012/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

DAMROSCH, David. **What is World Literature?** Princeton: Princeton University Press, 2003.

JEKUPÉ, Olívio. **Literatura Escrita Pelos Povos Indígenas**. São Paulo: Scortecci, 2009.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MACHADO, Rodrigo; SOARES, Ivanete. **Por um Ensino Decolonial de Literatura**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398202116960>. Acesso em: 21 dez. 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (org.). **El giro decolonial: Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar, 2007. p. 127-159.

MUNDURUKU, Daniel. **A Literatura Indígena Não É Subalterna**. 2018. Disponível em: <https://conexoesitaucultural.org.br/biblioteca/a-literatura-indigena-nao-e-subalterna--por-daniel-munduruku/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130. (Colección Sur Sur). Tradução de: Carlos Walter Porto-Gonçalves. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acesso em: 21 dez 2021.

THIÉL, Janice. **Pele Silenciosa, Pele Sonora A Literatura Indígena em Destaque**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ESSAY: BRAZILIAN INDIGENOUS PEOPLES' LITERATURE AND ITS STRUGGLE AGAINST ETHNOCENTRIC VIOLENCE

Abstract

The following paper is an academic essay about the place to which indigenous literature is relegated in Brazil and its struggle for recognition in the book publishing world. The text seeks to establish a connection between the studies on indigenous literature authored by Davi Konepawa, Daniel Munduruku, Janice Thiél e Regina Dalcastagnè, above all, and the concept of world literature and literary canon, exemplified here by the postulates of David Damrosch. Alongside this, we also seek to expose the perspective of decolonial studies, represented here by Anibal Quijano and Maldonado-Torres, as a way to explore the perception of the literary canon and coloniality.

Keywords

Literature. Indigenous Literature. Decolonialism. Literary Canon.

ENSAYO: LA LITERATURA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS
BRASILEÑOS Y SU LUCHA CONTRA LA VIOLENCIA
ETNOCÉNTRICA

Resumen

Este texto es un ensayo académico sobre el lugar al que está relegada la literatura indígena en Brasil y su lucha por el reconocimiento en el mundo editorial. El texto pretende hacer una aportación sobre los estudios de literatura indígena de Davi Kopenawa, Daniel Munduruku, Janice Thiél y Regina Dalcastagnè, sobre todo, y el concepto de literatura mundial y canon literario, expuesto aquí por los postulados de David Damrosch. Junto a esto, también buscamos exponer la perspectiva de los estudios decoloniales, representados aquí por Aníbal Quijano y Maldonado-Torres, como una forma de explorar la relación entre la percepción del canon literario y la colonialidad.

Palabras clave

Literatura. Literatura Indígena. Decolonialismo. Canon Literario.

Aprovado em: 29/09/2022